



Vida e morte da palavra

Flávio Carvalho Ferraz*

*Só uma palavra me devora:
Aquele que meu coração não diz.*
(Sueli Costa & Abel Silva, *Jura secreta*)

Introdução

Para falar sobre “vida e morte” da palavra, convém começar por situar as condições de possibilidade tanto de uma como de outra vicissitude. Como é possível dizer que uma palavra está “viva”? Por que meios se a anima? Como se pode diagnosticar sua morte? Ou ainda, indo mais longe, como postular o seu “assassinato”? De que ela morre?

Essas são questões que, para serem minimamente esclarecidas – ao menos no nosso âmbito –, nos colocarão em um campo de intersecção entre a psicanálise e a filosofia da linguagem. Considero que a psicanálise pode dialogar com a filosofia da linguagem dentro das diversas tradições desta última. O problema da significação e seus desdobramentos, tratados na psicanálise a partir do exame dos atos falhos ou da interpretação referida à polissemia das palavras, aporta questões para a vertente da filosofia da linguagem mais preocupada com os problemas da semântica e da linguística estruturalista, como se vê na obra de Lacan. Já a problemática dos *usos* da linguagem e de seus efeitos sobre o outro, no sentido, por exemplo, em que Bion (1967/1988) o relaciona à *identificação projetiva*, estabelece uma ponte com a vertente pragmática da filosofia da linguagem (Wittgenstein, 1953/1975; Austin, 1962/1990).

Não se trata aqui da palavra esgotada em si mesma, como elemento de uma língua, mas da palavra *proferida por um sujeito singular*. É por este viés que a psicanálise pode dar alguma contribuição para a filosofia da linguagem, uma vez que faz um recorte específico do problema, pelo prisma da fala em uma situação muito particular, o *setting* analítico. Nessa situação, a palavra é proferida *sob transferência* e emoldurada pelo contrato da associação livre, o que potencializa uma de suas dimensões, qual seja, a de comportar, quando pronunciada, mais do que aquilo

* Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.





que o sujeito falante *sabe*, de si e do que fala. Isso é o que ocorre, de maneira exemplar, no ato falho e no chiste, quando o desejo se insinua de maneira a surpreender.

O filósofo Ernst Cassirer (1923/2001) se refere ao que aqui chamo de animação pelo “sopro” com outro termo metafórico: “milagre”. Com essa palavra ele designa o processo pelo qual uma “simples matéria sensível”, que no nosso caso pode ser a palavra como elemento sonoro, “adquire uma vida espiritual nova e multiforme” (p. 43).

A ideia de *palavra viva* – algo em si mesmo já nomeado por meio de uma metáfora – remete à postulação de Freud (1894/1980) de uma representação imantada por um *quantum* de afeto, tal como, comparava ele, um campo elétrico se cria em torno de um corpo. No caso da palavra, seu revestimento pelo afeto corresponde a uma espécie de “sopro” de vida que responde por sua animação, de modo similar ao que se passa com os traços mnêmicos que, unguídos por uma carga afetiva, tornam-se pontos ligados na cadeia que Freud (1895 e 1911) assumiu como sendo o *pensamento*.

Assim como não se pode separar a linguagem do pensamento, não se pode tomar o problema da “vida da palavra” sem considerar a definição particular de *pensamento* no interior das teorias psicanalíticas. Não se trata, ali, de pensamento no sentido da atividade lógico-dedutiva, empregada na cognição, mas de uma atividade mental movida pelo inconsciente, tal como Freud (1913) propunha com a noção de *associação livre*. A palavra, como elemento da língua, é tomada por um sujeito singular dentro de um fluxo associativo cujo motor é o *afeto*. Uma vez que adquire vida por meio do “sopro” do afeto, uma palavra se liga a outra e, sucessivamente, a outra. E assim por diante. Como diria Lacan (1957-58/1999), um significante tem a característica de remeter a outro significante. Dessa maneira, uma das condições da vida de uma palavra é que ela não seja estanque, mas articulada associativamente a outra por meio de analogias embasadas não apenas na experiência da cultura, mas na *singularidade idiopática* de cada sujeito. Ou seja, a exigência é de que ela se preste à metáfora, seja a metáfora produzida conscientemente, como um recurso da função expressiva, seja a metáfora inconsciente, desvelada apenas após sua fala. É por esta via que um sujeito pode dizer mais do que aquilo que sabe, razão pela qual Lacan (1957-58/1999) afirma que uma interpretação analítica deve esgotar todo o campo semântico recoberto pela palavra proferida.

1 Conceito de Maurice Dayan (1994) que designa a experiência psicanalítica de um sujeito como algo que não se parece com nenhuma outra experiência: “numa relação analítica, toda formação sintomática, para a qual se abriu acesso à palavra, revela-se profundamente idiopática e exige ser tratada como tal” (p. 101)





Vemos, assim, que a palavra viva cumpre uma *função expressiva*, em que o mundo afetivo se externa em direção a outro, que é seu destinatário. Trata-se da mesma função da palavra poética, embora isso não signifique que o discurso de um paciente em análise seja uma obra de arte. O que importa demarcar é que a palavra viva é um veículo de expressão do afeto; coloca-se como um elemento da cadeia significante; e fala do sujeito mais do que ele tencionou dizer de modo consciente. Destaco essas características para vermos mais à frente o que com elas ocorre nas circunstâncias em que a palavra se desbota até a morte.

A postulação de uma vida da palavra ou do discurso, ainda que não recorrendo a esse exato modo de denominação do fenômeno, perpassa muitas das teorias psicanalíticas. Para o que quero recortar aqui, entretanto, mencionarei três abordagens que fundamentam meu argumento, que são as de André Green, Joyce McDougall e Pierre Marty, este em parceria com Michel de M'Uzan. Com esses autores adentraremos uma possível teoria da vida da palavra para depois, contando ainda com W. R. Bion, Jacques Lacan, Christopher Bollas e Christophe Dejours, pensarmos sobre alguns mecanismos de sua animação e de seu assassinato, seja na ontogênese, seja na psicopatologia.

A animação da palavra

Como se anima a palavra? A aquisição da palavra é, em seu nível básico, uma operação cognitiva em direção à simbolização, quando uma *coisa* encontra seu representante em um elemento sonoro designado pela língua para tal. Mas a operação não se encerra nessa dimensão. Do ponto de vista psíquico, a *palavra* vem a substituir a *coisa* no plano do pensamento e da linguagem, de modo a permitir, com essa simbolização, um processo de emancipação do sujeito em relação à coisa mesma. O sujeito falante desloca para a palavra o afeto, enquanto se libera da necessidade imperiosa da *coisa* (no regime da percepção) como objeto da satisfação. No campo das palavras abstratas, que designam sentimentos, o próprio fato da nomeação, em si mesmo, alivia a criança dos terrores inomináveis. Portanto, a animação da palavra compõe-se por elementos tais como: a substituição da coisa pelo pensar e pelo falar; a realização satisfatória por meio do símbolo, quando a economia da percepção pode ceder espaço à economia da representação; e o acesso à função expressiva, que permite ao sujeito comunicar-se com o outro como um ganho para além da experiência sensorial do contato





corporal, esta é a modalidade de comunicação primitiva que se faz imperiosa na perversão. Jorge L. Ahumada (1999) destaca o papel extremado da sensorialidade cutânea na tranquilização buscada por meio das relações perversas: “Os muitas vezes intensos fenômenos prazerosos dos atos perversos se dão nesta área simbiótica, onde os fenômenos fusionais de sensorialidade cutânea desempenham um papel proeminente” (p. 60).

Lacan (1957-58/1999), entre muitos outros autores em que poderíamos nos apoiar, enfatiza a dimensão de satisfação substitutiva que a palavra assume ante a coisa: “[...] o ser humano tanto se satisfaz com palavras quanto com satisfações mais substanciais, ou, pelo menos, numa proporção sensível, muito ponderável, em relação a estas últimas” (p. 351). Mas cumpre acrescentar que a palavra não apenas satisfaz, ela protege o sujeito das excitações pulsionais, ao circunscrevê-las no campo da significação.

Bion (1962/1991), sem dizê-lo dessa forma, mostra como a animação da palavra, entretanto, implica um processo de luto: falar implica dor. Ou seja, o abandono da *coisa* pressupõe a assunção da perda da modalidade original de obtenção de prazer para que ocorra a passagem a uma modalidade de satisfação pelo símbolo. Na impossibilidade de fazer essa travessia, o sujeito ficará preso à concretude da sensorialidade, o que lhe custará a própria sanidade.

André Green (1982) aprofunda o esquema freudiano inicial, segundo o qual uma representação é investida por um *quantum* de afeto. Nesse modelo, mais convencional na teoria psicanalítica tanto freudiana como pós-freudiana, representação e afeto são considerados elementos de natureza diversa. Mas Green propõe a indissociabilidade entre ambos, postulando o estatuto de representação para o próprio afeto, o que vem a desembocar no questionamento da concepção clássica de heterogeneidade entre qualidade e quantidade. Esse modo de pensar permite ao autor a construção de seu conceito de *discurso vivo*, que veio a ser uma das grandes contribuições teóricas ao estudo da vida da palavra. Green não o menciona, mas as investigações da psicologia da *Gestalt* (Kofka, 1935/1975) já indicavam algo como a possibilidade de apreensão perceptual do afeto, por parte do bebê, antes mesmo de que lhe fosse viável a percepção organizada dos objetos.

Joyce McDougall (1991) foi uma autora que trouxe contribuição fundamental para o nosso tema. Realço aqui o seu conceito de *afetação*, deduzido clinicamente a partir da verificação de seu negativo, a *desafetação* da palavra em pacientes somatizadores ou normopatas. Para McDougall, *grosso modo*, a palavra, fornecida pela mãe (que aqui designa, é claro, o obje-





to primário), adquire vida, isto é, *afeta-se*, como sucedâneo da função de paraexcitação, realizada nos primórdios da vida do bebê por meio do próprio corpo materno. A separação do bebê em relação à mãe vai se dando à medida que ele, para conter as sensações inomináveis de terror, não mais necessita, de maneira absoluta, de sua presença corporal. O que vem a substituir a mãe como função de paraexcitação é a palavra, que a partir de então a criança portará em si mesma.

Não seria demasiado ver em ambos os autores a mão de Pierre Marty, uma vez que a postulação do *pensamento operatório* (Marty & M'Uzan, 1962/1994) trouxe um recurso teórico extremamente profícuo para a psicanálise francesa, que depois se estendeu para a psicanálise em geral. O pensamento operatório é exatamente a forma desafetada de pensamento que resulta em um discurso também operatório, em que a significação das palavras se reduz ao elementar. Os significados não se deslocam em uma cadeia associativa, em razão da carência do afeto que seria o motor de tal movimento. O discurso, quando muito, pode recorrer à metonímia, mas não à metáfora. Nem é necessário dizer que, na situação analítica, o paciente operatório não é capaz de produzir o discurso associativo solicitado pelo analista, levando muitas vezes ao impasse da análise. Já o discurso vivo conduz um significante rapidamente a outro. O exemplo de Marty (1998) é cristalino: “[...] uma *boneca*, que de início é sentida como algo visível e palpável pelo bebê, adquire progressivamente o valor afetivo de uma *criança*, e, mais tarde, no adolescente e no adulto, o sentido metafórico de uma *mulher sexuada*” (p. 17). Já no sujeito operatório, “a palavra *boneca* pode então não evocar [...] nada mais que *brinquedo de criança*” (p. 17), estancando a significação no estrato mais elementar e literal da palavra.

Vejamos outro trecho de Marty que exemplifica o fluxo associativo que se faz presente no pensamento afetado:

Assim, tenho, por exemplo, meu lenço nas mãos. Lembro-me de que ele me foi dado por um primo que já morreu. Penso então na morte deste primo que alguns colegas trataram. Sou grato por essa ajuda quando ele estava doente. Penso então em minha família que acabo de ver na província e experimento certa culpa por não ter ido, especialmente, fazer uma visita à viúva desse primo. Não tive tempo. Farei isso no próximo verão. (1998, p. 12)





Ao pensamento vivo corresponde, naturalmente, o discurso vivo. No caso do discurso operatório definido por Marty, a palavra, restringindo-se ao literal, permanece funcional quanto à sua dimensão *locucionária*, à diferença do que pode ocorrer na psicose, como veremos à frente. Ela pode, inclusive e *a fortiori*, funcionar nos registros *ilocucionário* e *perlocucionário*², produzindo efeitos sobre seu destinatário, uma vez que se presta tanto à *identificação projetiva* (Klein, 1946/1973) quanto à *introjeção extrativa* (Bollas, 1992). A palavra poderá se preservar no campo de seu *uso*, enquanto perderá seu colorido no campo semântico. Emprego o termo *uso* na acepção de Wittgenstein (1953/1975), quando prioriza a sua abordagem por meio da ideia de jogos de linguagem em detrimento do viés da significação. Mas refiro-me também ao seu emprego no *acting out* (Bion, 1967/1988).

A morte ou o assassinato da palavra

Uma vez exposto como pode uma palavra se dotar de vida, ou seja, animar-se, consideremos agora os processos de sua não animação, no plano da ontogênese, e de seu assassinato, no plano da patogênese. Em ambos os casos, o que se acha em ação são mecanismos *para além do princípio do prazer*, por assim dizer, explicáveis pela economia do trauma. Existe farto material para a compreensão desse processo nos relatos clínicos da psicanálise contemporânea, particularmente interessada pelas chamadas formas da *psicopatologia não neurótica*. Mas também a literatura e o cinema são fontes generosas de exemplos que lançam luz sobre essa problemática. O filme *A vida secreta das palavras*, de Isabel Coixet (Espanha, 2005), do qual trataremos mais à frente, mostra cristalinamente o processo de morte e de ressurreição da palavra, o que pode significar, também, assassinato e reanimação do sujeito psíquico.

Para deixar claros os níveis em que o assassinato da palavra pode se dar, dividirei esta exposição em duas partes. Na primeira, examinaremos a morte da palavra na ontogênese, mostrando como ela se dá nas relações familiares precoces, em que a criança, indefesa, fica totalmente sujeita às manipulações conscientes e inconscientes dos pais ou cuidadores. Na segunda, veremos como, no sujeito psiquicamente constituído, as situações traumáticas de grande magnitude podem levar à impossibilidade da expressão verbal que implique o seu testemunho. Nossa divisão corresponde, assim, ao que Freud (1912) diferenciava como fatores *disposicionais* e *acidentais* do desencadeamento

2 J. L. Austin (1962/1990) postula estas três dimensões da linguagem. A dimensão *locucionária* é apenas constatativa ou descritiva. A dimensão *ilocucionária* é a que indica como um enunciado deve ser interpretado pelos falantes de uma língua, ou seja, diz respeito à intenção veiculada. E a dimensão *perlocucionária* corresponde aos efeitos produzidos pelo enunciado sobre o interlocutor.





das neuroses. Nos acontecimentos datados da infância, quando o sujeito ainda está em fase de constituição, localizam-se os *fatores disposicionais*, enquanto nos acontecimentos traumáticos, que se dão na vida do sujeito adulto ou já psiquicamente constituído, encontram-se os *fatores acidentais*. Junta-se a esses dois fatores um terceiro, que é o *constitucional*. Começemos então pelas vicissitudes do desenvolvimento da criança.

Joyce McDougall (1991) examina em minúcias o caso de certo tipo de paciente que tende a dispersar, por meio da *ação*, qualquer impacto das experiências emocionais. Quando busca rastrear a origem desse mecanismo defensivo, ela se depara, no plano das lembranças do sujeito, com “referências a um discurso familiar que preconizava um ideal de inafetividade e condenava qualquer experiência imaginativa” (p. 116). Trata-se, nesses casos, de uma identificação da criança com os pais por meio daquele mecanismo que Denise Braunschweig & Michel Fain (1975) chamaram de *comunidade da recusa*, que se dá quando ela renuncia a manipular, no pensamento e no discurso, certas interrogações que os próprios pais não puderam simbolizar. Assim procedendo, ela os preserva da descompensação, enquanto se torna, graças ao não dito, herdeira da recusa e da clivagem dos pais.

Todavia, não será apenas no *discurso* familiar que vamos encontrar os elementos etiológicos da morte da palavra. Claro que eles desempenham um papel fundamental, mas há outras intervenções parentais mais contundentes sobre a criança que conduzem ao desinvestimento afetivo da palavra. Vejamos duas importantes contribuições para a determinação desta etiologia no plano das relações familiares.

Bollas aponta duas maneiras de prejudicar o que ele chama de *mutualidade produtiva* nas relações humanas, tendo como pressuposto que “os elementos da vida psíquica e suas diferentes funções são mantidos em comum” (1992, p. 195), pelo compartilhamento da experiência emocional. Dito de modo esquemático, a primeira delas estará na gênese da psicose, enquanto a outra conduzirá a patologias da recusa que têm na normopatía sua matriz de fundo.

Começemos pela operação a que Melanie Klein (1946/1973) chamou de *identificação projetiva*, que se dá quando alguém se livra de um elemento indesejável de sua vida psíquica depositando-a sobre o outro. Segundo Bollas (1992), um pai pode romper o contato psíquico com sua própria impulsividade por meio de uma crítica à impulsividade natural do filho, por exemplo. Esta





invasão do pensamento do filho não raro se associa à psicogênese da psicose, uma vez que visa a borrar as bordas do eu. Segundo a releitura desta operação feita por Christophe Dejours (1991), o que os pais do psicótico visam não é tanto ao impedimento do pensar, mas sobretudo à sua *manipulação* e ao seu *desvio*. Trata-se da tentativa de um *redirecionamento* do pensamento da criança. Afirma o autor:

Na psicose [...], o que o paciente teme é que o pensamento de que ele é sede não seja o seu, mas o de um outro que se imponha a ele: uma síndrome de influência. Os pais do psicótico não procuram tanto *destruir* o pensamento do filho, mas controlar o sentido desse pensamento, para excluir dele qualquer equívoco, qualquer duplo sentido, ou seja, condenar a simbolização. (1991, p. 77)

No psicótico que foi vítima da identificação projetiva, o comprometimento da palavra poderá chegar ao plano de sua significação primária, quando ela se separa da coisa que representa e passa, ela mesma, à condição de coisa. Torna-se um sinal sem sentido, ao qual Bion (1967/1988) se refere como *objeto sonoro*, desvinculado da significação, solto no ar e degradado em sua condição de símbolo, podendo retornar ao sujeito como alucinação. Eis aí outra condição de morte da palavra, esta incidindo radicalmente sobre seu próprio registro *locucionário*, além, é claro, de sua função semântica. O discurso delirante, como se verifica no caso do paranoico, é então atingido, inicialmente, em sua dimensão lógica, tornando-se *paralógico*, como afirma Dejours (2001). Mas a degradação pode prosseguir e atingir, regressivamente, até mesmo a sua dimensão sintática do discurso, quando este se quebra e as palavras se justapõem já sem observar as regras da língua. A isso se faz acompanhar o fenômeno da alucinação.

É curioso observar como a estranheza que esse discurso causa no seu receptor pode ser alcançada pelos efeitos da obra de arte que tem a palavra como matéria, ou seja, a poesia. Mas aí já se trata de expressão, o que situa o fenômeno em outro campo que não o da loucura... Vejamos na poesia de Manoel de Barros (2010) este efeito de estranheza similar àquele engendrado pelo discurso esquizofrênico, quando se embaralha a temporalidade:

“Ontem choveu no futuro” (p. 305).





Ou, indo mais longe, quando se embaralha a identidade subjetiva:

“Eu já disse quem sou Ele” (p. 353).

Lacan (1955-56/1985), tal como Bion, aborda o fenômeno radical que é a separação entre a palavra e sua significação, quando trata da alucinação verbal nas psicoses. Vale a pena a citação:

O que acontece se vocês se apegam unicamente à articulação do que ouvem, ao sotaque, e mesmo às expressões dialetais, ao que quer que seja literal no registro do discurso de seu interlocutor? É preciso acrescentar a isso um pouco de imaginação, pois talvez isso nunca possa ser estendido ao extremo, mas é muito claro quando se trata de uma língua estrangeira – o que vocês compreendem num discurso é outra coisa que o que está registrado acusticamente. É ainda mais simples se pensarmos no surdo-mudo, que é suscetível de receber um discurso por sinais visuais transmitidos por meio dos dedos, segundo o alfabeto surdo-mudo. Se o surdo-mudo ficar fascinado pelas lindas mãos de seu interlocutor, ele não registrará o discurso veiculado por essas mãos. (Lacan, 1955-56/1985, p. 158)

23

Em outro momento, Lacan levará o mesmo raciocínio para a palavra escrita: se ficamos no nível da apreciação da letra, então não acederemos à significação da palavra. Ou seja, para que se dê a significação, é preciso, de algum modo, esquecer a forma concreta do sinal que a veicula. A palavra como elemento puramente sonoro ou visual, pode-se dizer, está morta.

Entretanto, mesmo perecendo no plano da significação, a palavra pode preservar-se em suas dimensões ilocucionária e perlocucionária, uma vez que, como bem observa Bion, ela é empregada pelo esquizofrênico como uma “forma de ação” (1967/1988, p. 28). A linguagem verbal se coloca, então, a serviço da identificação projetiva, em uma operação que visa à divisão do objeto. Trata-se de um emprego da linguagem que, eu diria, corresponde a um modo particular de perlocução, uma vez que aquele que emite a palavra se encontra alienado de sua intencionalidade consciente. Nesse caso, ainda seguindo Bion (1967/1988), a linguagem visa a uma comunicação, mas





em uma modalidade primitiva tal que isto não se dá por meio da significação da palavra, mas pelo seu uso como coisa e pelo consequente efeito causado sobre o receptor, o que implica uma descarga ou evacuação.

A segunda modalidade de prejuízo na *mutualidade produtiva* se dá em razão do mecanismo que Bollas (1992) denominou *introjeção extrativa*, tão destrutivo quanto pode ser a identificação projetiva, da qual ele seria um procedimento inverso. Aqui, o que ocorre é que uma pessoa retira aspectos da vida mental do outro, apropriando-se dos mesmos. Trata-se do mecanismo que, por excelência, se encontra na gênese da *normopatia* (McDougall, 1983) ou *doença normótica* (Bollas, 1992). O roubo da vida psíquica da criança, perpetrado pelos pais, impede que o filho tenha a oportunidade de experimentar os sentimentos de culpa e os impulsos à reparação. Uma mãe ou um pai podem, assim, despojá-lo de suas condições de elaboração do conflito mental por meio da extração do seu conteúdo mental.

Dejours (1991), por seu turno, mostra como, nos somatizadores, psicopatas, toxicômanos e perversos, está presente um mecanismo semelhante ao descrito por Bollas. Para ele, nos sujeitos que se satisfazem primordialmente pela percepção, em detrimento do emprego da simbolização, quase sempre é possível detectar, em sua história familiar, uma violência *atuada*. Ao contrário do que vimos no caso da identificação projetiva, o objetivo dos pais não seria tanto o de *manipular* o pensamento da criança, mas o de *destruí-lo*, o que se pode dar por meio da repressão ao pensamento e à expressão verbal. Esse ataque pode acontecer por meio do desencorajamento da atividade imaginativa, como postula Joyce McDougall (1991), mas pode chegar às raias da violência física contra o filho. Afirma Dejours:

Em inúmeros casos, constato a violência dos pais contra o filho justamente quando este se entrega, por pouco que seja, à *distração*, ao *devaneio* ou à *fantasia*. Os pais ou um dos pais não suportam isso e, então, *batem* no filho (1991, p. 77)

No limite da violência, com um potencial patogênico estarrecedor, estão as formas de abuso da criança, particularmente a sexual. Neste caso, para além da violência física, encontra-se a violência da *desmentida*, em que a realidade deve ser negada por meio de um conluio forçado com o agressor. Trata-se muitas vezes de situações traumáticas que se estendem por anos da





infância, em especial quando o abuso se dá dentro da família. O pacto em torno do não dito, garantido pela ameaça e pela violência, leva a uma das mais severas formas de matar a palavra. Pode implicar a sua verdadeira erradicação, como se vê no impactante filme dirigido por Alexandre Avranas, *Miss Violence* (Grécia, 2012), em que as filhas abusadas pelo pai são de tal modo submetidas à violência e ao silêncio que acabam se esmerando, elas próprias, por acobertá-lo diante da sociedade e da autoridade legal.

A violência atuada na família retira da criança a possibilidade de se organizar simbolicamente, restando-lhe como alternativa as tentativas de organização por meio da economia da percepção, quando então o objeto, na sua qualidade de coisa, não pode ser dispensado. Daí resultam os comportamentos compulsivos de toda ordem, inclusive a compulsão sexual nas perversões, quando se enfraquecem os processos de simbolização. É curioso, inclusive, observar como alguns autores deixaram-se levar pela aparência enganosa de um fantasiar profícuo e intenso no perverso. Examinando sua vida sexual mais detidamente, o que se pôde verificar foi, ao contrário, a estereotipia de sua fantasia, à moda do normopata, e a necessidade imperiosa de descarga, via *acting out*, tal como se dá nas adições em geral, toxicomanias, bulimias, jogo patológico etc. (Ferraz, 2000). Na economia da percepção, o pensamento e o discurso se limitam ao plano da objetividade, tal como na *vida operatória* (Marty & M'Uzan, 1962/1994). Eis, então, a condição de morte da palavra.

Vamos chegando à conclusão de que a palavra viva prevalece na linguagem do neurótico, com a afetação do discurso, que permite a expressão do mundo interno, e a possibilidade de uma fala sintomática, por meio do ato falho ou do chiste. Vale ressaltar, então, a íntima relação lógica entre essas duas condições, e não a sua mera simultaneidade. O recalçamento, como sabemos à exaustão, leva à produção de um sintoma que, sendo eminentemente simbólico, expressar-se-á por meio da fala, entre outras formações do inconsciente. O discurso operatório do normopata ou do somatizador, ao contrário, não se constitui como veículo do afeto, e assim, como acuradamente demonstra Marty (1993), está isento de atos falhos. O corpo se torna o palco do sintoma. No caso da psicopatia, a palavra está morta, visto que não traz nenhuma ressonância afetiva. É impressionante como o psicopata apreende o funcionamento afetivo do outro (vítima), mas apenas para ludibriá-lo com o uso deste saber. A palavra está morta porque não veicula a verdade, mas unicamente a mentira.





A partir de Freud, é possível pensar na presença de elementos traumáticos nas assim chamadas três estruturas clínicas. Mas, como demonstra Myriam Uchitel (2001), trata-se de traumatismos de natureza distinta. Na neurose, o traumático se vincula à situação edípica, concernindo ao conflito entre o ego e o id. Na psicose, provém da realidade externa, resultando no conflito entre o ego e a própria realidade. Neste caso, ocorre uma dissociação, mecanismo mais radical do que o recalçamento peculiar à neurose. Já na perversão, representada pela problemática fetichista, o traumatismo se refere à temática do horror à castração, que conduz a uma forma de defesa – a recusa – que também implica a dissociação do ego. Ora, se o traumático, na neurose, circunscreve-se a um conflito entre instâncias psíquicas, na psicose e na perversão ele leva a uma falha no recalçamento, o que corresponde a um fracasso da própria ação defensiva. É nestes dois casos, como se concebe hoje, que se considera a ação do verdadeiro traumatismo, uma vez que, ao contrário do que se dá na neurose, comprometem-se a síntese do ego e a função simbólica.

No caso particular da perversão, a palavra também funciona no nível perlocucionário, mas se esvazia no campo da significação. Ela é usada de modo falseado, criando um clima de intimidade, mas visa apenas à sedução e à rendição do parceiro. Masud Khan (1987) chamou esse emprego da linguagem de *técnica da intimidade*, uma especialidade do perverso em sua abordagem do objeto. Essa “técnica” é responsável pela criação de um clima emocional por meio do qual o perverso faz saber a si mesmo e, simultaneamente, anuncia e faz desencadear, dentro do outro, algo que pertence à sua natureza mais recôndita. A comunicação que daí resulta é eminentemente corporal, ou seja, pré-verbal e arcaica. Permite o estabelecimento de uma situação fingida de profunda ligação – e mesmo de fusão – que, no entanto, é e deve ser fugaz, forjando uma situação idealizada e temporária de extrema intensidade orgástica e de renúncia às identidades e aos limites de cada um, mas que não passa de uma espécie de “autoerotismo a dois”.

Até aqui, vimos as circunstâncias patogênicas datadas da infância, ligadas, de certo modo, à formação dos fatores *disposicionais* do surgimento da patologia. Mas, como afirmei acima, é possível detectar fatores *acidentais* originados na adolescência ou na vida adulta. Para assim se constituírem, eles estarão condicionados à magnitude do acontecimento traumático.

O traumatismo que implica um prejuízo à função simbólica em um sujeito já constituído psiquicamente obedece, em Freud





(1920), ao paradigma do trauma de guerra, que pode provocar a assim denominada neurose traumática, decorrente de situações de intenso sofrimento que superam a possibilidade de elaboração psíquica da vítima. A neurose traumática acontece também em razão de catástrofes naturais e acidentes de toda espécie, mas se intensifica quando o sofrimento é causado deliberadamente por outrem, como na violência sexual, no sequestro e na tortura. Nestes casos, o funcionamento psíquico, impedida a perelaboração, paralisa-se no circuito da compulsão à repetição. A própria lembrança pode ficar comprometida. A morte da palavra se dá, então, de modo absoluto, pela impossibilidade mesma de pronunciá-la, pois a dor daí resultante seria insuportável. O filme *A vida secreta das palavras*, já mencionado, é um dos mais bem-acabados retratos dessa situação.

Concluindo, a palavra pode ser dada por morta tanto em casos de psicose como de normopatia e problemáticas congêneres, gestados na ontogênese, bem como nas perturbações decorrentes do trauma, em qualquer fase da vida de um sujeito. O que há de comum na psicogênese de todas essas situações é que a morte da palavra se dá mais por assassinato do que por circunstâncias naturais. No caso da criança, o seu despreparo a torna vulnerável às invasões ambientais, provindas em geral do inconsciente parental. Como insiste Laplanche (1992), pela defasagem entre a criança e o adulto, não se pode falar de interação entre ambos, mas da ação do segundo sobre o primeiro, por meio da emissão de *significantes enigmáticos*. No caso do trauma em adultos, é a retirada das condições de defesa ou de ab-reação (situação que não deixa de se assemelhar ao desamparo infantil) que impede a ocorrência da perelaboração, lançando o sujeito no funcionamento *para além do princípio do prazer*.

A clínica: reanimação da palavra

Para finalizar, cabem algumas poucas considerações sobre a clínica da reanimação da palavra. Na clínica das neuroses, a possibilidade da palavra já está dada. Sua matéria é o discurso do sujeito, e a intervenção analítica segue o paradigma freudiano da *interpretação*. Mas quando a linguagem não se vincula ao afeto, no discurso operatório, ou quando a palavra não pode vir à luz, na neurose traumática, cabe ao analista estabelecer uma forma de intervenção voltada à sua reanimação.

Chegamos aqui ao mais profundo sentido daquilo que, na psicanálise, frequentemente se chama de *escuta*. Na gênese do





sofrimento psíquico se encontra exatamente a violência de não ser escutado, ou não ser escutado de modo significativo. Encontra-se o desestímulo à fala, o sequestro da palavra ou o seu assassinato pelos mecanismos de intrusão representados pela identificação projetiva e pela introjeção extrativa, quando não pela violência e pelo desamparo absolutos.

Assim, é apenas por meio da escuta interessada, emoldurada por funções analíticas já propostas por grandes autores, tais como a *continência* (Klein, 1946-63/1973), o *holding* (Winnicott, 1968/1991) e a *rêverie* (Bion, 1962/1991), que a palavra, na medida do possível, será reanimada. O analista abre ao sujeito a possibilidade de rememorar e de falar, na contramão da desmentida traumática. E, o que é fundamental, *acredita* em sua verdade.

Ainda estamos falando da clínica psicanalítica ordinária, mesmo que já estejamos considerando os múltiplos quadros de referência teórica da psicanálise contemporânea, que trabalhou pelo alargamento do espectro na analisabilidade rumo às formas de psicopatologia não neuróticas. Para tanto, essa nova psicanálise buscou estabelecer dispositivos para além da interpretação tradicional da análise-padrão. Mas outros experimentos terapêuticos têm sido feitos na tentativa de estabelecer um *setting* diferenciado quando se trata de traumatismos graves. Na escola francesa de psicossomática, por exemplo, estabeleceu-se um verdadeiro protocolo de atendimento a vítimas de catástrofes, particularmente de terremotos.

Lucía Barbero Fuks (2008) demonstra como, nas situações agudas de trauma, a *atenção imediata* à vítima possui uma eficiência terapêutica maior do que a *atenção tardia*, uma vez que age profilaticamente, impedindo a destruição da malha simbólica e a cristalização da patologia, com o conseqüente desinvestimento da expressão verbal:

O mais importante nessa prática é estabelecer com a vítima um vínculo de fala, propondo-lhe que ponha em palavras a experiência que acaba de viver. Falar com alguém nesse momento já implica tomar um pouco de distância das imagens de horror que produziram marcas no aparelho psíquico. Falar com alguém é também se segurar no mundo dos humanos – a *comunidade dos vivos* – e escapar, dentro do possível, ao poder de atração do horror e da morte. (Fuks, 2008, p. 131)





Não vou me estender mais sobre a clínica psicanalítica do trauma e a ressurreição da palavra, uma vez que o exemplo do filme *A vida secreta das palavras* fala, por si mesmo, mais do que o conseguiríamos por meios teóricos. Ali assistimos a uma verdadeira reanimação da palavra por meio da escuta interessada. Não se trata de um processo analítico convencional, mas de uma cura pelo amor, que não deixa de ter efeitos analíticos. Uma enfermeira severamente traumatizada pela barbárie da guerra dos Bálcãs – em uma situação de terror absoluto e prolongado – é delicadamente instada, por um paciente gravemente queimado, de quem ela cuidava em uma plataforma marítima de petróleo, a falar daquilo que já não era mais verbalizável. Não é gratuito, assim, que o título do filme se refira à *vida* das palavras.

Não seria exagero dizer que esse filme está para a clínica do trauma assim como o romance *Gradiva*, de Wilhelm Jensen – imortalizado pelo artigo de Freud (1907) –, esteve para a clínica das neuroses. Em ambos assistimos a uma cura genuinamente analítica, mas efetuada por dispositivos da vida ordinária, consubstanciados no interesse pelo outro. Que, *mutatis mutandis*, não deixa de ser o cerne da ética da psicanálise.



Ahumada, J. L. (1999). *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.

Arantes, M. A. A. C. (2013). *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962).

Barros, M. (2010). *Poesia completa*. São Paulo: Leya.

Bion, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1962).

_____. (1988). *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1967).

Bollas, C. (1992). *A sombra do objeto*. Rio de Janeiro: Imago.

Braunschweig, D. & FAIN, M. (1975). *La nuit, le jour: essai sur le fonctionnement mental*. Paris: PUF.

Cassirer, E. (2001). *A filosofia das formas simbólicas. Primeira parte: A linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923).

Dayan, M. (1994). Normalidad, normatividad, idiopatía. In Fundación Europea para el Psicoanálisis (Org.). *La normalidad como síntoma*. Buenos Aires: Kliné, pp. 83-107.

Dejours, C. (1991). *Repressão e subversão em psicossomática: pesquisas psicanalíticas sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

REFERÊNCIAS





- _____. (2001). *Le corps, d'abord: corps biologique, corps érotique et sens moral*. Paris: Payot.
- Ferraz, F. C. (2000). *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2002). *Normopatía: sobre adaptação e pseudonormalidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud, S. (1980). As neuropsicoses de defesa. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. III, pp. 53-82. (Trabalho original publicado em 1894).
- _____. (1895). Projeto para uma psicologia científica. *Op. cit.*, v. I; pp. 379-517.
- _____. (1907). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. *Op. cit.*, v. IX; pp. 11-95.
- _____. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. *Op. cit.*, v. XII; pp. 271-286.
- _____. (1912). Tipos de desencadeamento da neurose. *Op. cit.*, v. XII; pp. 287-299.
- _____. (1913). Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). *Op. cit.*, v. XII; pp. 161-187.
- _____. (1920). Além do princípio do prazer. *Op. cit.*, v. XVIII; pp. 11-85.
- Fuks, L. B. (2008). Trauma e contemporaneidade. In: *Narcisismo e vínculos* (pp. 123-135). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Green, A. (1982). *O discurso vivo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Khan, M. M. R. (1987). *Alienación en las perversiones*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Klein, M. (1982). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: KLEIN, M. et al. *Os progressos da psicanálise* (pp. 313-343). Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____. (1973). *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1946-63).
- Kofka, K. (1975). *Princípios de psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1935).
- Lacan, J. (1985). *O seminário. Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-56).
- _____. (1999). *O seminário. Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-58).
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marty, P. (1993). *A psicossomática do adulto*. Porto Alegre: Artes Médicas.





- _____. (1998). *Mentalização e psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marty, P. & M'uzan, M. (1994) O pensamento operatório. *Revista Brasileira Psicanálise*, v. 28, n. 1, pp. 165-74.
- McDougall, J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1991). *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Uchitel, M. (2001). *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. W. (1991). *Holding e interpretação*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968).
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações filosóficas*.

Vida e morte da palavra O artigo parte de uma discussão sobre o significado possível da ideia de vida da palavra para, em seguida, tratar das condições de sua morte. Para tanto, faz um levantamento das situações que levam ao desinvestimento da simbolização no desenvolvimento ontológico, relacionadas às diversas categorias psicopatológicas e sua incidência sobre a linguagem. Acrescenta a isso as patologias decorrentes das situações traumáticas para além do período da infância. Conclui tratando da especificidade da clínica psicanalítica nos casos em que, para além da interpretação, a função expressiva tem de ser reanimada. | *Life and death of the word* The essay begins with a discussion of the possible sense of “words life”, to treat then the conditions of their death. To do so, it makes an inventory of the situations that lead to the divestment of symbolization in ontological development related to various psychopathological categories and their impact on language. Add to that the pathologies resulting from traumatic situations beyond the period of infancy. Concludes dealing with specific psychoanalytic clinical where, in addition to the interpretation, the expressive function has to be resuscitated.

RESUMO | SUMMARY

Palavra. Desafetação. Trauma. | *Word. Disaffection. Trauma.*

PALAVRAS-CHAVE | KEYWORDS

FLÁVIO DE CARVALHO FERRAZ

Rua João Moura, 647 – cj. 121
05412-911 – São Paulo – SP
tel.: 11 3088 9606
ferrazfc@uol.com.br

RECEBIDO 10.11.2014
ACEITO 14.11.2014

